



<b>Processo nº</b>	16004.001061/2006-98
<b>Recurso</b>	Voluntário
<b>Acórdão nº</b>	<b>1401-003.658 – 1<sup>a</sup> Seção de Julgamento / 4<sup>a</sup> Câmara / 1<sup>a</sup> Turma Ordinária</b>
<b>Sessão de</b>	14 de agosto de 2019
<b>Recorrente</b>	AGROTERRA TRATORES E IMPLEMENTOS LTDA
<b>Interessado</b>	FAZENDA NACIONAL

**ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA JURÍDICA (IRPJ)**

Exercício: 2002

MULTA ISOLADA. CONCOMITÂNCIA. IMPOSSIBILIDADE.

A multa isolada é cabível nos casos de falta de recolhimento de estimativas mensais de IRPJ/CSLL, mas não pode ser exigida, de forma cumulativa, com a multa de ofício, aplicável aos casos de falta de pagamento do imposto, apurado de forma incorreta pelo contribuinte, no final do período base de incidência. Aplicação da Súmula CARF nº 105.

TRIBUTAÇÃO REFLEXA. CSLL.

Tratando-se da mesma situação fática e do mesmo conjunto probatório, a decisão prolatada com relação ao lançamento do IRPJ é aplicável, *mutatis mutandis*, ao lançamento da CSLL.

**ASSUNTO: NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO**

Exercício: 2002

DECADÊNCIA. ART. 173 DO CTN. INOCORRÊNCIA.

A regra do art. 173, I, do CTN é clara ao dispor que o *dies a quo* do prazo decadencial será o primeiro dia do exercício seguinte ao que o Fisco poderia lançar. Em se tratando de fato gerador anual de 2001, o Fisco só poderia efetuar o lançamento em 2002 e, assim sendo, o primeiro dia do exercício seguinte seria 01 de janeiro de 2003, o que desloca o prazo final para a constituição do crédito tributário para a data de 31/12/2007. Inocorrência da decadência.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, dar parcial provimento ao recurso voluntário tão somente para excluir as multas isoladas sobre estimativas não recolhidas.

(assinado digitalmente)

Luiz Augusto de Souza Gonçalves - Presidente e Relator

Participaram do presente julgamento os Conselheiros: Abel Nunes de Oliveira Neto, Daniel Ribeiro Silva, Cláudio de Andrade Camerano, Luciana Yoshihara Arcangelo Zanin, Carlos André Soares Nogueira, Letícia Domingues Costa Braga, José Roberto Adelino da Silva (suplente convocado) e Luiz Augusto de Souza Gonçalves. Ausente o conselheiro Eduardo Morgado Rodrigues, substituído pelo conselheiro José Roberto Adelino da Silva.

## Relatório

Trata o presente processo de Auto de Infração através do qual foram apontadas as seguintes infrações:

- 1) Falta/Insuficiência no recolhimento de IRPJ e CSLL apurado pelo cotejo entre as informações constantes da DIPJ/2002 e os valores informados em DCTF;
- 2) Imposição de multa isolada pela falta/insuficiência no recolhimento de estimativas de IRPJ e CSLL, relativamente aos períodos de apuração de janeiro, fevereiro, março e setembro de 2001, no caso do IRPJ e janeiro e maio no caso da CSLL.

Irresignada com o lançamento, a Contribuinte apresentou a impugnação de e-fls. 53/54 e 69/70 através do qual argui ser parcialmente improcedente a exigência. Explica que incorreu em erro no preenchimento da DIPJ, mais especificamente na informação relativa ao IRPJ devido no mês de março, pois teria deixado de deduzir na sua apuração os valores apurados nos meses anteriores. Assim, neste mês de março/2001, o IRPJ devido seria de R\$12.650,95 e não R\$36.489,22 conforme consta da DIPJ. Ainda, informa que os valores devidos nos meses de janeiro, fevereiro e março teriam sido quitados mediante compensação, informada na DCTF, com créditos de períodos anteriores.

Com relação à exigência da multa isolada sobre estimativas de CSLL, aduz que a no mês de janeiro de 2001 recolheu o saldo líquido do débito apurado, no valor de R\$2.510,00, após ter efetuado a compensação dos valores devidos no referido período com créditos anteriores no valor de R\$2.392,07. Já a multa isolada relativa ao mês de maio informa que “*até esse mês o contribuinte estava com crédito de imposto, pois recolheu em duplidade nos meses de março/2001 o valor de R\$ 5.688,30*”.

A impugnação foi apreciada pela Delegacia da Receita Federal de Julgamento de Ribeirão Preto – DRJ/RPO, através de sua 3<sup>a</sup> Turma, que editou o Acórdão n.º 14-30.870 cuja ementa reproduzo abaixo:

### **ASSUNTO: NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO**

Ano-calendário: 2001

**SALDO NEGATIVO DE IRPJ. RESTITUIÇÃO. COMPENSAÇÃO. PRAZO.**

O prazo para que o contribuinte possa pleitear a restituição/compensação de saldo negativo de IRPJ, apurado anualmente, extingue-se após o transcurso do período de cinco anos, contado a partir do mês de janeiro do ano-calendário subsequente ao do encerramento do período de apuração.

**MULTA ISOLADA. RETROATIVIDADE BENIGNA.**

A multa isolada mais benigna aplica-se retroativamente aos atos e fatos pretéritos não definitivamente julgados.

**ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO – CSLL**

Ano-calendário: 2001

**SALDO NEGATIVO DE CSLL. ANO ANTERIOR. COMPROVAÇÃO.**

Incumbe ao sujeito passivo a comprovação da existência do saldo negativo de CSLL do ano anterior que alega possuir.

**ASSUNTO: PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL**

Ano-calendário: 2001

**MATÉRIA NÃO IMPUGNADA.**

Considera-se definitiva, na esfera administrativa, a exigência relativa a matéria que não tenha sido expressamente contestada.

Impugnação Procedente em Parte

Crédito Tributário mantido em Parte

A decisão recorrida julgou procedente em parte a impugnação para reduzir, de ofício, a multa isolada sobre as estimativas não pagas para o percentual de 50%, declarou definitivo o IRPJ e a CSLL cobrados no ajuste anual de 2001 bem assim a multa isolada sobre a estimativa de IRPJ relativa a setembro de 2001. Na prática, indeferiu a impugnação em todos os pontos contestados.

Não satisfeita com a decisão prolatada pela DRJ/RPO, a Contribuinte protocolou o recurso voluntário de e-fls. 159/162 em que alega o seguinte:

- 1) Inicialmente alega decadência do lançamento, conforme o disposto no art. 173 do CTN;
- 2) Argui que teria sido extinta a possibilidade de imposição da multa isolada quando o tributo fosse pago após o vencimento do prazo previsto, sem o acréscimo de multa de mora. Conforme suas palavras, *“se o tributo foi declarado na correspondente DCTF, nem a multa de isolada de 50% (por não haver mais previsão legal), nem a multa de lançamento de ofício de 75% (por já ter havido o pagamento e a correspondente declaração) poderão ser exigidas.”*;
- 3) Insurge-se contra a alegação constante da decisão recorrida de que as compensações realizadas nos meses de janeiro a março de 2001 com créditos

de saldo negativo de 1995 estariam alcançadas pela “prescrição” (sic) pois, em se tratando de lançamento por homologação o lapso prescricional passaria a ser 10 anos “*o chamado princípio de 5 mais 5*”;

É o Relatório.

## Voto

Conselheiro Luiz Augusto de Souza Gonçalves, Relator.

O Recurso Voluntário é tempestivo e sua matéria se enquadra na competência deste Colegiado. Os demais pressupostos de admissibilidade igualmente foram atendidos.

Como vimos no Relatório, trata o presente processo de lançamento do IRPJ, da CSLL e da multa isolada sobre as estimativas não pagas, relativos ao ano-calendário de 2001, apurados pelo confronto entre os dados constantes na DIPJ, com os recolhimentos efetuados por meio de DARF e com os valores declarados em DCTF.

### ***Decadência***

O recurso voluntário limitou-se a arguir de forma genérica a ocorrência da decadência do direito do Fisco em efetuar o lançamento com base no art. 173, do CTN. Recordemos que o Auto de Infração apontou duas infrações: a primeira pela falta/insuficiência de recolhimento do IRPJ e da CSLL apurados no ajuste anual, a partir da entrega da DIPJ/2002; a segunda infração refere-se à cobrança de multa isolada sobre estimativas não pagas ou recolhidas a menor durante o próprio ano calendário de 2001 (meses de janeiro, fevereiro, março, maio e setembro). Já o lançamento foi cientificado à Contribuinte em 27 de novembro de 2006, vide AR de e-fls. 52. Tratemos, pois, da aplicação da referida tese de defesa de forma separada, inicialmente em relação ao lançamento dos tributos por falta/insuficiência no recolhimento.

A regra do art. 173, I, do CTN é clara, quando dispõe que o *dies a quo* do prazo decadencial será o primeiro dia do exercício seguinte ao que o Fisco poderia lançar, logo, em se tratando de fato gerador anual de 2001, o Fisco só poderia efetuar o lançamento em 2002 e, assim sendo, o primeiro dia do exercício seguinte seria 01 de janeiro de 2003. Sendo o dia de início em 01/01/2003, tinha o Fisco o direito de constituir o crédito de IRPJ e CSLL até 31/12/2007, razão pela qual deve ser afastada a alegação de decadência do lançamento com base no fundamento arguido pela Recorrente.

Mesmo que tivesse sido arguida a decadência com base no art. 150, § 4º, do CTN, ainda assim não caberia a aplicação do instituto, haja vista que o prazo inicial da contagem se deslocaria para 01/01/2002 e o prazo fatal para se efetivar o lançamento seria em 31/12/2006.

Em relação às multas isoladas, chega-se a mesma conclusão. As multas isoladas de janeiro, fevereiro, março, maio e setembro de 2001 podiam ser lançadas no próprio ano de

2001, logo, o primeiro dia do exercício seguinte foi 01/01/2002, razão pela qual chega-se a conclusão de que, em 12/12/2016 data do lançamento, não havia decaído o direito de o Fisco constituí-las. Como a acusação fiscal é de que nesses períodos não teria havido o recolhimento das estimativas não cabe a aplicação do art. 150, § 4º no presente caso.

Portanto, nego provimento ao recurso no que tange à decadência.

### ***Multas isoladas sobre estimativas***

Os demais pontos do recurso voluntário tratam exclusivamente das multas isoladas sobre estimativas não pagas.

No âmbito do CARF, com a aprovação da Súmula CARF nº 105, restou sedimentado que: *“a multa isolada por falta de recolhimento de estimativas, lançada com fundamento no art. 44, §1º, inciso IV da Lei nº 9.430, de 1996, não pode ser exigida ao mesmo tempo da multa de ofício.”*

Referida Súmula é aplicável aos fatos geradores ocorridos até 31/12/2006, justamente o caso dos autos, em que a Autoridade Fiscal aplicou multa de ofício sobre o IRPJ e a CSLL apurados no confronto entre as informações da DIPJ/2002 e as DCTFs relativas ao período de apuração, além de exigir a multa isolada sobre a falta de recolhimento de estimativas do mesmo exercício.

Assim, por força da aplicação da Súmula nº 105 do CARF, ao qual os Conselheiros devem aplicação de forma obrigatória, por força do disposto no art. 45, inciso VI, do RICARF, afasto a aplicação das multas isoladas exigidas no presente processo administrativo.

Não conheço da alegação de que as compensações realizadas nos meses de janeiro a março de 2001 com créditos de saldo negativo de 1995 estariam alcançadas pela prescrição, pois não foram objeto da impugnação, o que caracteriza preclusão, evitando, assim, a ocorrência de supressão de instância.

Por todo o exposto, dou parcial provimento ao recurso voluntário tão somente para excluir as multas isoladas sobre estimativas não recolhidas.

É como voto.

(documento assinado digitalmente)  
Luiz Augusto de Souza Gonçalves